

## Editorial

Com este número temático dos Estudos Moçambicanos pretendemos lançar um olhar multifacetado sobre a realidade do país, decorridos que são dez anos sobre a assinatura do Acordo Geral de Paz. Lázaro Macuácuá, com o seu artigo “O Acordo Geral de Paz Dez Anos Depois: Novos Desafios para Moçambique”, oferece uma interpretação sobre aquilo que considera alguns dos desafios principais ao desenvolvimento político, económico e social do país, incluindo neles a fragilidade da oposição política formal, a problemática da exclusão e as assimetrias regionais. Termina estabelecendo as coordenadas daquilo que considera como o novo projecto de desenvolvimento.

Anícia Lala, com o artigo “Dez Anos de Paz em Moçambique: Da Visão Normativa à Perspectiva Realista”, concentra a sua atenção sobre três momentos fundamentais relacionados com o Acordo de Paz, nomeadamente o processo que levou à sua assinatura, os seus conteúdos e abrangência, e as implicações que a sua implementação trouxe para o actual ordenamento. Tudo isso numa perspectiva inserida nos debates sobre mediação. A autora conclui que “a paz que se vive em Moçambique afirma-se sobre alicerces institucionais frágeis, com espirais conflituais crescentes, e que se manifestam em localizações circunscritas de violência, demonstrando as fragilidades institucionais do sistema de governação e a tendência do Estado de lidar com os problemas de forma superficial e ineficiente, o que, a continuar, custar-lhe-á o restante da sua já frágil legitimidade. A paz moçambicana é assim uma paz construída por um caminho difícil e tortuoso, é uma paz possível e realista, mas não a paz positiva que uma visão normativa preconizaria”.

Seguem-se três extensos artigos, centrados nas questões que o Protocolo IV do Acordo Geral de Paz circunscreveu. No primeiro, intitulado “Da Paz Negativa à Paz Positiva: Uma Perspectiva Histórica sobre o Papel das Forças Armadas Moçambicanas num Contexto de Segurança em Transformação”, João Paulo Borges Coelho e Paulino Macaringue traçam o percurso histórico das forças

armadas moçambicanas, colocando em seguida algumas questões relativas ao papel e perspectivas das forças armadas moçambicanas num mundo, numa região e num país em rápida e profunda transformação.

Adriano Malache, revisitando o Acordo Geral de Paz, traz alguns subsídios para uma reflexão sobre o serviço militar obrigatório, discutindo os parâmetros em que a questão se coloca, dando conta dos esforços e dos dilemas com que as forças armadas se defrontam no presente, e apresentando algumas perspectivas a este respeito.

Finalmente, João Paulo Borges Coelho apresenta os resultados de um estudo sobre a reintegração dos combatentes desmobilizados na cidade e província de Maputo, no quadro da implementação do Acordo Geral de Paz.

Maputo, Novembro de 2002.

*João Paulo Borges Coelho*